

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 221.^a Sessão Extraordinária
Realizada em 23 de Novembro de 1971 - (3.^a Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Rosário Pitelli.

As 14,00 horas, é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão, Xenofonte Villanueva, Paulo Camargo, Maurício Fruet (45); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Emílio Carazzai e David Federmann (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede a leitura das Atas das sessões extraordinária marcando outra para amanhã, dia 24, quarta-feira, às 14,00 horas com a

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA— da Proposição n.º 83-71, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 172-70, de autoria do Sr. Deputado Arnaldo Busato, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 25,00, à Dolores Vieira. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 24, quarta-feira, às 14,00 horas, com a

ORDEM DO DIA

já designada anteriormente, que é a seguinte

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 84-71.

Levanta-se a sessão.

I.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 222.^a Sessão Ordinária
Realizada em 23 de Novembro de 1971 - (3.^a-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aguiinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomelloso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão, Xenofonte Villanueva (45); achando-se ausentes os Srs. Deputados: David Federmann e Emilio Carazzai (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS

Sob os nrs. 137, 138, 139 e 141-71, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nrs.:

173-70: Do Senhor Deputado Arthur de Souza, o qual autoriza o Poder Executivo doar à Fundação Legião Brasileira de Assistência, dois lotes de terrenos na forma que especifica, que convertido em Lei, tomou o n.º 6.224. —
Agradeça-se.

236-70: Do Senhor Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Pirai do Sul, um terreno urbano de 12.440,50 m², na forma que especifica, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 6.225. —
Agradeça-se.

1-71: Do Senhor Deputado Francisco Escorsin, que denomina Distrito Antônio Brandão de Oliveira, o atual São João, situado no Município de Jataizinho, Comarca de Uraí, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 6.226. —
Agradeça-se.

98-71: Do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, que autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública, a Sociedade Brasileira de Estudos Espíritos (SEBEE), com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 6.227. — **Agradeça-se.**

165-70: Do Senhor Ex-Deputado Estadual Túlio Vargas, que denomina São Jorge do Ivaí, o atual Município de São Jorge, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 6.228. — **Agradeça-se.**

103-71: Do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo, a declarar de utilidade pública, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pinhais, Município de Piraquara, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 6.229. — **Agradeça-se.**

257-70: Do Senhor Deputado Erondy Silvério, que declara de utilidade pública, a Central de Voluntários do Paraná, desta Capital, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 6.230. — **Agradeça-se.**

249-70: Do Senhor Deputado Igo Iwant Losso, que declara de utilidade pública, a Associação Evangélica Beneficente de Guaratuba, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 6.231. — **Agradeça-se.**

192-70: Do Senhor Ex-Deputado Estadual Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a denominar "Branca Fernandes", um dos Estabelecimentos de Ensino de Maringá, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 6.232. — **Agradeça-se.**

310-70: Do Senhor Deputado David Federmann, que considera de utilidade pública, a Associação Brasileira de Odontologia, Seção do Paraná, Sub-Seção de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 6.233. — **Agradeça-se.**

21-71: Do Senhor Deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Mulheres Médicas — Seção do Paraná, com sede e fóro nesta Capital, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 6.234. — **Agradeça-se.**

237-70: Do Senhor Deputado Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo a firmar Convênio, através do Departamento de Estradas de Rodagem, com o Município de Maringá, para proceder a pavimentação asfáltica do trecho entre a Avenida Brasil e a Rodovia PR-13, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 6.235. — **Agradeça-se.**

151-70: Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais de Cambará, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 6.236. — **Agradeça-se.**

104-71: Do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública a Fundação Patobranquense do Bem Estar do Menor "FUNDABEM", com sede na cidade de Pato Branco, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 6.238. — **Agradeça-se.**

41-71: Do Senhor Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, que transfere para a viúva Francisca Macedo Guttierrez, a pensão mensal de Gabriela Souza Macedo, alterada pela Lei n.º 5.205, de 11 de dezembro de 1965, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 6.237. — **Agradeça-se.**

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, Requer, ouvido o Plenário, preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 258-71.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1971.

(a) Nelson Buffara.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 280-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — É concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor Gottardo Bottarelli.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1971.

(a) **Maurício Fruet** — e outros.

JUSTIFICATIVA:

Cônsul Geral em Curitiba desde novembro de 1967, o Doutor Gottardo Bottarelli tem realizado intenso trabalho no sentido da aproximação sócio-econômico-cultural entre a Itália e o Brasil. Detentor do título de cidadania de Curitiba, pelo muito que tem feito pelo desenvolvimento e progresso de nossa Capital, o Doutor Bottarelli, desde sua indicação para representar a nação italiana em nosso Estado, além de entrosar-se perfeitamente em todos os círculos sociais do Paraná, vem, seguidamente, promovendo intercâmbio cultural e comercial da Itália com o nosso Estado, com excelentes rendimentos para o nosso povo.

Tenente-General do Corpo de Engenheiros Navais (Reserva) e Engenheiro Naval e Mecânico, o Doutor Gottardo Bottarelli nasceu em S. Benedetto Val di Sambro (Bolonha), no dia 10 de março de 1902. Entrou na Academia Naval no ano de 1916. Participou da 1.ª Guerra Mundial a bordo de Navios Escolas e torpedeiros (1917 e 1918). Saiu com o grau de 2.º Tenente no ano de 1922 e formou-se Doutor Engenheiro Naval e mecânico na Escola Superior de Engenharia Naval de Gênova com o máximo das notas (100/100).

Embarcou em navios de linha, cruzadores, caça-torpedeiros e submarinos pela duração total de 15 anos.

Participou da 2.ª Guerra Mundial a bordo do navio cruzador "Muzio Attendolo", ganhando a medalha de bronze ao Valor Militar. Logo depois do armistício (8 de setembro de 1943) participou, entre os primeiros, à Resistência, com o nome de guerra: "Bassi", combatendo na guerrilha os nazi-fascistas até a vitória das armas aliadas. Os oficiais da Formação Santa Barbara por ele fundada, ofereceram-lhe a bandeira de Formação com um pergaminho que traz escrito: "Ao Comandante Bassi (Gottardo Bottarelli) o homem mais digno de conservar a bandeira que todos nós temos no coração".

Voltou à Marinha em setembro de 1945, foi destinado ao Ministério, à Direção Geral do Pessoal, ao Departamento de Tratados, foi Vice-Diretor do Arsenal de Tarantó e Diretor do Arsenal de Nápoles.

Foi destinado ainda ao Ministério onde dirigiu o serviço de abastecimento, combustíveis e carburantes da Marinha; projetou os terminais das instalações e depósitos carburantes da NATO na Itália.

Deixou o serviço no ano de 1960 com o Grau de Major General do Gênio Naval e foi promovido ao grau de Tenente General.

Foi nomeado Cônsul Geral em Curitiba em novembro de 1967.

Entre as obras que escreveu, vamos citar a "História Diplomática da Soberana Militar Ordem de São João de Jerusalém apelidado de Malta" (ed Bocca Milão 1946), "A eletrização estática dos carburantes como causa de explosão dos depósitos" (Tipografia do Ministério Defesa-Marinha 1959, em Italiano e inglês para os oficiais e os técnicos da NATO). Esta última obra valeu-lhe a medalha de prata de 1.ª classe por trabalhos úteis ao progresso científico e à Marinha.

É detentor das condecorações da Grã Cruz da Soberana Militar Ordem de Malta, Comendador na Ordem ao Mérito da República Italiana, Comendador na Ordem ao Mérito Militar da Ordem de Malta, Cavaleiro Oficial na Ordem da Coroa da Itália, Medalha Mauriciana por 10 lustros de serviços militares, Medalha de bronze ao Valor Militar, Três cruzeiros de guerra, Voluntário de guerra, Campanhas de guerra ano de 1917-1918 e 1940-43, Guerra da Libertação no ano de 1943-45, Medalha de longa navegação, Distintivo de longa navegação de guerra, distintivo de partição combatente no dia 9 de setembro de 1943 até o dia 25 de abril de 1945.

Durante uma campanha a bordo do navio exposição "Italia" no ano de Santos e Rio de Janeiro. A saudade do Brasil permaneceu-lhe tanto no co-1924-25, alcançou os portos brasileiros de Pará (Belém), Pernambuco, Bahia, razão que, chamado a desempenhar um encargo consular, entre vários países que lhe ofereceram, quis escolher o Brasil.

O exemplo que nos é oferecido pelo Doutor Gottardo Bottarelli para a maior aproximação entre os dois países, é, por si só, merecedor da honraria cuja outorga hoje estamos propondo. A nossa maneira de agradecer o seu trabalho e sua amizade pelo Paraná é essa, unamos êle cada vez mais ao nosso povo, transformando-o em um de nós, um Cidadão Honorário do Paraná.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na qualidade de representante do Sudoeste do Paraná nesta Casa, desejo externar aos Srs. Deputados e ao povo paranaense, a alegria e a satisfação pela posse, na data de hoje, no cargo de Governador do Estado do Paraná, do eminente professor Pedro Viriato Parigot de Souza, homem por demais conhecido no Estado pela sua formação moral, pela sua conduta como administrador e, sobretudo, pela magnífica obra realizada no Paraná, no setor de energia elétrica.

O Professor Parigot leva para a Chefia do Poder Executivo Estadual as esperanças do Paraná e a certeza mais absoluta de que S.Exa. com o seu descortínio, com o seu bom senso de homem público, sobejamente provado em todos os cargos por onde passou, haverá de construir nesta terra o futuro que todos desejamos. Homem habituado ao trato da coisa pública, S.Exa. de origem humilde, de família paranaense e curitibana, bem retrata na sua personalidade o próprio Estado do Paraná, que deseja, para progredir, tranquilidade, paz e harmonia.

Técnico mundialmente conhecido, S.Exa. alia essa qualidade a de bom entendedor da personalidade humana.

Jamais tendo disputado um mandato popular, tem, entretanto, a sua personalidade ornada pelos atributos que formam o homem político, porque político não é apenas aquele que disputa e que postula os votos do povo, político é aquele que no cargo público mantém a harmonia de sua equipe, tem condições de liderança para conduzi-la ao alcance de grandes objetivos. E o professor Pedro Viriato Parigot de Souza, líder nato de uma equipe de técnicos e timoneiro de um movimento neste Estado que atraiu a atenção de todo o Brasil, S.Exa. haverá de, com a compreensão de todo o povo paranaense, com a harmonia na área política, sobretudo no Partido da Revolução, a Aliança Renovadora Nacional, com a harmonia demonstrada hoje neste Plenário, com a presença de grandes líderes políticos do Paraná, com a presença do Senador Ney Braga, do ex-Governador Paulo Pimentel, do Senador Accioly Filho, do Senador Mattos Leão, de grandes líderes, enfim, que conduziram a opinião pública deste Estado, S.Exa., contando com esse apoio, contando com o apoio da Bancada estadual dentro desta Casa, que tenho certeza não lhe há de faltar, porque todos, acima de tudo, amamos e queremos bem a este Estado e as divergências políticas que porventura hajam no seio desta Bancada, haverão de ser todas elas superadas, em benefício do Paraná, pela compreensão da hora presente que enfrentamos neste Estado e neste País.

Com estas palavras, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desejo encerrar meu discurso, falando em nome de minha gente do Sudoeste paranaense, que recebe o professor Pedro Viriato Parigot de Souza no Governo do Estado como se fosse um dos seus, porque lá ele plantou nos governos Ney Braga e Paulo

Pimentel, marcos indeléveis de progresso, levou energia elétrica a todas as cidades do meu Sudoeste, e está agora a construir, pela primeira vez, a rede de eletrificação rural no Sudoeste do Paraná. O Sudoeste recebe este homem, que conhece os seus problemas, que palmilhou suas estradas, que cheirou sua poeira e amassou o seu barro, o Sudoeste recebe Pedro Viriato Parigot de Souza como um presente divino a uma rica região que está dando um certo rumo ao progresso.

Muito obrigado: — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente. Srs. Deputados.

Da mesma forma que o orador que me antecedeu, Deputado Cândido Martins de Oliveira, o povo de Curitiba, também, está satisfeito com a mudança verificada no Governo do Estado. Além de conhecer sobejamente o atual Go., verificada no Governo do Estado. Além de conhecer sobejamente o atual Go., repetir, o povo curitibano muito espera de S. Exa., principalmente o povo dos bairros de Curitiba, bairros que estão hoje completamente abandonados pela atual administração que se preocupou, tão somente com obras, algumas, é verdade, necessárias no centro da cidade; o povo está preocupadíssimo com as modificações introduzidas no trânsito da cidade pela atual Diretoria do Detran, modificações que são, a meu ver, até anti patrióticas porque são anti econômicas para a Nação brasileira. Essas modificações, pouca gente sabe têm causado prejuízos ao curitibano proprietário de veículo auto_motor não somente aqueles que possuem automóveis de passeio, mas aos proprietários de utilitários. Segundo temos conhecimento foram consumidos 150 mil litros a mais em razão das modificações introduzidas no centro da cidade pelo atual Diretoria do Detran, modificações essas que irão refletir ruinosamente na bolsa do curitibano, do povo mais humilde que necessita do transporte coletivo para sua locomoção. Na próxima revisão tarifária os preços das passagens, por certo, se elevarão pelo excesso de quilomteragem que todos os ônibus de Curitiba são obrigados a percorrer a mais em virtude das citadas modificações introduzidas no trânsito da cidade. É verdade, é bom que se frise e que se diga, que algumas modificações, realmente, trouxeram desafogo, alívio e maior sentido na circulação dos veículos. Mas a sua maioria tem prejudicado grandemente os proprietários de veículos auto-motores e tem colocado em risco, até a segurança da população curitibana.

Quanto à Prefeitura Municipal de Curitiba, apesar de reconhecer no atual Prefeito um engenheiro capaz, temos a dizer que S. Exa. é inexperiente para o cargo tendo, em razão disto abandonado completamenet os bairros de nossa Capital, seu saneamento, seu atendimento, para utilizar a arrecadação municipal exclusivamente em obras que deveriam ser feitas, não tanto adocamento mas cada uma a seu tempo e em sua época.

A população curitibana não entende, até hoje porque se fechou a Rua XV ao tráfego de veículos. É uma via pública das mais importantes na qual foi gasto tanto dinheiro em desapropriações para seu alargamento; acabou-se com o fundo de comércio dos comerciantes ali estabelecidos; e esperava-se que essa via contribuisse para o desafogo do trânsito do centro da cidade. Entretanto, a nova administração resolveu fechá-la ao tráfego de veículos para ali — não entendo, não compreendo como nossa Câmara de Vereadores concordou — implantar o estacionamento pago como se isto viesse aliviar, de alguma forma, as finanças do Município. Acharnos isto uma intromissão indevida do Poder Público, uma vez que existem os Postos de Estacionamento de particulares, que pagam impostos e cuja, utilidade é exatamente guardar os carros. Não se entende a atitude do Prefeito de Curitiba ao implantar o estacionamento pago na principal artéria, da Capital do Paraná.

Esperamos que todas estas falhas verificadas na administração da cidade, sejam corrigidas no atual Governo; esperamos que com tirocinio e com a sua experiência, o novo Governo possa pôr cõbro a essas irregularidades em favor da população curitibana. Esperamos também, de Sua Excelência, uma ação rápida e eficaz no que diz respeito a saneamento da nossa cidade, no que diz respeito a extensão da rede distribuidora de água aos nossos bairros de Curitiba, a fim de que aquêlê serviço não funcione somente em vésperas de eleições, no benefício de candidatos saídos daquela autarquia, autarquia que tem a responsabilidade de resolver os negócios de água e esgôto em nossa Capital, mas que funcione permanentemente, em favor da população curitibana.

O ex-Governo havia determinado a incorporação do Departamento de Águas e Esgôto, à SANEPAR; não discutimos ainda o ato do ex-Governador porque ainda estamos estudando, mas voltaremos ao assunto, porque um dos compromissos que assumimos perante o eleitorado curitibano era de lutar nesta Casa para que se levasse água e saneamento, indistintamente a todos os bairros curitibanos; esperamos agora, que um técnico ocupando as elevadas funções de Governador do Estado, se sensibilize perante êsses gravíssimos problemas, que afligem a população curitibana. É a principal coisa, em Curitiba, que esperamos do atual Governo.

Portanto, neste instante e nesta tarde abrimos, desde já, um crédito de confiança, sem bajulações mantendo a mesma posição de independência que mantínhamos com relação ao Governo anterior porém abrimos desde já um crédito de confiança ao atual Governo; esperamos que Sua Excelência olhe com carinho Curitiba, Capital do Estado, uma cidade com 700.000 habitantes, dos quais apenas 150.000 têm condições de sobrevivência digna nesta grande metrópole.

Esperamos que o Governo do Estado através dos órgãos competentes, através da Prefeitura que hoje nada mais é do que uma outra Secretaria de Estado, possa vir ao encontro das reais necessidades da gente curitibana. Ai então voltaremos à Tribuna para aplaudir o Governador. Antes disso, vamos esperar a ação de Sua Excelência no que diz respeito a Curitiba. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra para o Grande Expediente, ao Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente queremos lamentar que, em tão importante acontecimento, a Presidência da nossa Casa não tenha colocado os Deputados a par da situação. Pudemos conversar, Sr. Presidente, com vários companheiros, e muitos dêles só vieram a tomar conhecimento de certos fatos, divulgados inclusive pela Presidência da Casa, segundo noticiários, exatamente através da própria imprensa.

Isto para nós é realmente um tanto desagradável, porque integrando esta Casa, ao sairmos às ruas e interpelados por aquêles que queriam saber dos acontecimentos, nem sempre podíamos, com precisão, dar os informes porque a Presidência desta Casa — a quem muito estimamos — infelizmente falhou na colocação dos Deputados a par dessa situação que imperou no nosso Paraná.

Como representante de Londrina, queremos manifestar aqui que também na nossa cidade a posse do professor Pedro Parigot de Souza foi bem recebida, pela totalidade da comunidade londrinense, pessoa que ainda na semana passada estivera visitando a cidade de Londrina e mantivera entendimentos com o Prefeito de nossa cidade, Prefeito Dalton Paranaguá; o Professor Pedro Parigot de Souza, então Vice-Governador, pôde realizar diversas visitas à cidade de Londrina e hoje, a sua investidura no mais alto cargo do Paraná, é comemorada com júbilo pelos nossos concidadãos londrinenses.

E não pretendemos nesse nosso rápido pronunciamento, tripudiar sobre ninguém, mas não podemos calar nesta hora tão histórica do nosso Estado do Paraná, a renúncia do sr. Haroldo Leon Peres. No nosso entendimento, é o desfecho de uma situação embaraçosa por ele mesmo criada. E o fruto do dia, da discordia que tentou implantar no seio das famílias paranaenses em tão pouco tempo de governo.

Escolhido pelo processo de eleições indiretas, o Sr. Haroldo Leon Peres, tomado quem sabe, por um excesso de confiança, acabou perdendo a confiança do Sr. Presidente da República Gal. Emilio Garrastazu Médici, culminando com a sua renúncia do cargo de Governador do Paraná. A tônica principal do Governo que ora se expira, foi a de atirar pedras no passado, esquecendo-se de construir o futuro que todos nós almejamos. Nos seus oito meses de administração, apesar da excelente arrecadação registrada, não conseguiu sequer normalizar o pagamento dos empreiteiros e dos funcionários e contratados do Estado, o que levou muita gente ao desespero.

O araná atravessou um dos seus períodos mais críticos com a gestão Leon Peres, e com o seu afastamento em definitivo do Governo, o maior beneficiado foi o próprio Paraná.

Este episódio, veio elevar ainda mais a imagem positiva do Sr. Presidente Emilio Garrastazu Médici. Em nosso Estado, veio comprovar que o Sr. Presidente da República está agindo não como instrumento de partidos políticos, mas sim, como um homem probo, inimigo daqueles que abusam do Poder.

O Presidente da República é um homem de espírito de brasilidade que em especial, com relação à renúncia de Haroldo Leon Peres, marca mais um grande passo positivo em sua ordeira administração.

Quanto ao Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, sabemos tratar-se de um homem sério, um homem de personalidade realmente marcante, o novo Governador do Estado do Paraná. Honesto e humilde, já demonstrou sua capacidade de realização ao tempo em que permaneceu na Presidência da COPEL, quando levou a eletrificação para todos os pontos do Estado.

Pertencemos a um Partido de oposição, porém, estariamos cometendo uma grande falta, se deixássemos de reconhecer os notáveis méritos do Governador Pedro Viriato Parigot de Souza.

Até hoje, mantivemos oposição às vezes rígidas a Leon Peres, poré mestamos com a consciência tranquila, cumprimos com o nosso dever e, neste momento ao novo Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, desejamos, em nome da coletividade londrinense, votos de pleno sucesso, reafirmando o nosso propósito de colaborar com a sua administração sempre que estiver em jogo os mais altos interesses da comunidade do Paraná.

Concedo o aparte ao nobre Deputado João Mansur.

O sr. João Mansur — Nobre Deputado, quero apenas, neste aparte, discordar do início da sua oração, quando V. Exa. talvez por falta de melhores esclarecimentos cometeu uma injustiça com a Mesa Executiva da Assembléia do Paraná, porque a Comissão Executiva, como de resto todos os outros Deputados, ninguém tinha informações precisas, todos nós tínhamos as informações que V. Exa. e o próprio povo do Paraná tinha de que haveria a renúncia do Sr. Haroldo Leon Peres. De modo que não competia e nem poderia a Mesa Executiva da Assembléia dar nota informativa nenhuma sobre o fato. A Comissão Executiva só tomou conhecimento do fato real ontem, às 17,30, quando recebia a Carta-Renúncia do Sr. Haroldo Leon Peres, razão por que, gostaria que V. Exa. combativo e esclarecido como é não cometesse com a Comissão Executiva, esta injustiça pela qual ela jamais pecou, porque ela estava realmente atenta aos acontecimentos, como todos nós estávamos, como a Casa inteira, mas não competia à Comissão Executiva dar nota informativa nenhuma, porque, de positivo, só tomamos conhecimento ontem às 14,30 horas.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Agradeço ao Líder da Maioria. Deputado João Mansur, o oportuno esclarecimento. Por sinal estivemos ontem com o nosso Líder, até às 18.30, na Sala do M.D.B., Deputado Nivaldo Krüger e até então não tivemos conhecimento da chegada da Carta aqui na Assembleia Legislativa, fato que só viemos a tomar conhecimento pela Televisão de Curitiba, mas, de qualquer forma, vale o esclarecimento de V. Exa. e nem tivemos o objetivo de atingir o Presidente da Casa. Apenas a este, mas quem sabe, em igualdade, todos que estamos representando as mais variadas regiões do Paraná todo, possamos tomar conhecimento dos assuntos do nosso povo paranaense. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não há mais oradores inscritos no Grande Expediente.

(Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente. Está devidamente apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º ... 258-71. — **Aprovado.**

De acordo com o requerimento de preferência-aprovado:

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 258-71, de autoria do Dep. Nelson Buffara, que acresce ao artigo 12, da Lei n. 6.212, de 9-8-71 o parágrafo que especifica. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado artigo por artigo.**

Passaremos a apreciação dos demais Projetos constantes d' Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 220-69, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 49-69, encaminhando anteprojeto de Lei objetivando transferir à Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná — Café do Paraná, área de terras de propriedade do Estado, com 40.090,00 — (quarenta mil e noventa metros quadrados), situada no bairro do Atuba. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 125-70 de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que cria uma Circunscrição de Trânsito em Castro, com jurisdição nos Municípios de Piraí do Sul, Jaguariaíva, Sengés e Arapoti. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 304-70, autor Governo do Estado — Mensagem n. 45-70, que autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 90.000,00 à Secretaria de Educação e Cultura, destinado a atender despesas com a execução da Lei n. 6.034, de 6 de novembro de 1969 e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J.J. e C.F. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 196-71, de autoria do Dep. Gilberto Carvalho, que cria junto ao Departamento de Águas e Energia Elétrica, um Fundo de Natureza Contábil, denominado Fundo Estadual de Eletrificação Rural, designado pela sigla "FEER-PR" e dá outras providências". Parecer favorável da C.C.J., **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 227-71, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 27-71, encaminhando Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1972 — 1974. Com parecer da COMISSÃO DE ORÇAMENTO. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 228-71, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 28-71, encaminhando Proposta Orçamentária que estimula a receita e fixa a despesa do Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 1972. — Com parecer da **COMISSÃO DE ORÇAMENTO**. — **Aprovado**.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 230-71, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 26-70, que autoriza o Poder Executivo a doar à União, Departamento Nacional de Endemias Ruaris, do Ministério da Saúde, um terreno na forma e como especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. — **Aprovado artigo por artigo**.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 230-70, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 30-71, encaminhando anteprojeto de Lei que trata da criação do "Fundo de Reequipamento do Trânsito — FUNRESTRAN" e das outras providências. Sem parecer. **EM REGIME DE URGÊNCIA**. — Ao referido Projeto foi apresentada emenda, de autoria do Sr. Deputado Gilberto

"EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI N.º 244-71"

Ao artigo 1.º, aps as expressões:

"material permanente", acrescente-se

"estudos técnicos, campanha educacionais"

Sala das Comissões, em de novembro de 1971.

a) Gilberto Carvalho"

O SR. PRESIDENTE — Em votação a emenda que acaba de ser lida. —

Aprovada.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 245-71, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 36-71, encaminhando anteprojeto de Lei que doa à Sociedade Rural do Norte do Paraná, o Imóvel constituído de parte do lote n. 107-B, da Gleba Cambé, do Município de Londrina, com área de 78.282,00 m2, e de propriedade do Estado. Sem parecer. — **EM REGIME DE URGÊNCIA**. — **Aprovado artigo por artigo**.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 246-71, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 38-71, solicitando autorização de fiança do Poder Executivo, em empréstimos do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. — ou Banco do Estado do Paraná S. A., — com o Banco Nacional de Habitação, na execução de obras que especifica. Sem parecer. **EM REGIME DE URGÊNCIA**. — **Aprovado artigo por artigo**.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 155-71, de autoria do Dep. Borsari Neto, que declara de Utilidade Pública o "Serviço de Obras Sociais de Sertanópolis". — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado**.

PROJETO DE LEI N.º 155/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art 1.º — É declarado de Utilidade Pública o **SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE SERTANÓPOLIS**, sediado na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1971.

a) — Dep. Borsari Netto

JUSTIFICAÇÃO:

O Serviço de Obras Sociais de Sertanópolis, que se pretende seja declarado de Utilidade Pública, é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivo promover o bem-estar individual ou da família, sem distinção política, religiosa ou racial; combater a falsa mendicância e promover a recuperação das pessoas realmente necessitadas; dar assistência à maternidade e infância, prestando, enfim, assistência econômica, social, moral, cultural, educacional, recreativa e física aos de modesta situação econômica.

Pelos muitos e relevantes serviços que presta à comunidade de Sertãoópolis, essa benemérita instituição já se impôs ao respeito e à admiração da sociedade local e torna-se, por isso, credora do reconhecimento dos Poderes Públicos. Daí o projeto que ora submetemos ao estudo e à deliberação da Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 155-71

AUTOR: Dep. Borsari Neto

SÚMULA: "Declara de Utilidade Pública o Serviço de Obras Sociais de Sertãoópolis, sediado na cidade do mesmo nome".

P A R E C E R

1.) A iniciativa em tela foi elaborada atendendo ao que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2.) O respectivo processo está perfeitamente instruído, donde se conclui: a) que a entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública está em funcionamento há mais de um ano; b) que presta realmente serviços de forma desinteressada à população; c) que tem seu estatuto social devidamente registrado no cartório das Pessoas Jurídicas competente; e, d) que seus diretores não percebem qualquer forma ou tipo de remuneração, o que preenche todos os requisitos legais para ser declarada de Utilidade Pública.

3.) Por outro lado, referida Proposição não contraria qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal. Quanto à sua oportunidade, convence-nos a justificativa de seu ilustre autor.

4.) Assim, pois, somos pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1971.

aa) — Wilson Brandão — Presidente
Arthur de Souza — Relator
Cândido Martins de Oliveira
Emílio Carazzai
Igo Losso
Gilberto Carvalho

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 24, quarta-feira à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.º 230-70, 227-71, 228-71, 244-71, 245-71, 246-71, 258-71;

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 155-71;

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 124-70.

RESOLUÇÕES:

RESOLUÇÃO N. 7-71

Data: 11 de novembro de 1.971.

Súmula: Revoga a Resolução n.º 3 de 22 de janeiro de 1963.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 29, de Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica revogada a Resolução n.º 3, de 22 de janeiro de 1963, publicada no Diário Oficial n.º 265, de 26 de janeiro de 1963.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 11 de novembro de 1971.

a) Wilson Fortes

Presidente

JUSTIFICATIVA

A Resolução que com esta se pretende revogar autoriza à realização de plebiscito em região do município de Palmas, para a possível anexação da mesma ao município de Bituruna. A data dessa autorização é de 1963, não

tendo sido até agora realizado o plebiscito. Nestas condições, e em face da vigência do Ato Complementar n.º 46, que estabelece que qualquer alteração territorial em Municípios só poderá ser feita com autorização prévia do Senhor Presidente da República, a Resolução n.º 3 de 1963 perdeu o seu objetivo e oportunidade.

RESOLUÇÃO N. 8-71

Data: 11 de novembro de 1971.

Súmula: Aprova a Resolução n.º 6-71, do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, que alterou o Convênio pelo qual foi criado o Sistema Codesul — BRDE.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 29, da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovada a Resolução n.º 6-71, de 08 de julho de 1971, do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, que aprovou alterações ao Convênio de Curitiba, celebrado em 15 de junho de 1961, pelo qual foi criado o Sistema CODESUL — BRDE.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 11 de novembro de 1971.

a) **Wilson Fortes**

Presidente